

REVISTA DA **ASTRAI**

Associação Brasileira de Televisões e Rádios Legislativas



A TV DIGITAL E A NOVA TECNOLOGIA 4G

AS VANTAGENS TÉCNICAS DO SISTEMA DIGITAL

INTERATIVIDADE É APROVADA POR MORADORES DE JOÃO PESSOA

RIBEIRÃO PRETO SE DESTACA POR TRANSPARÊNCIA E CREDIBILIDADE

INTEGRAÇÃO DEVE MARCAR COBERTURA DAS ELEIÇÕES

ASSUMA O CONTROLE

Soluções de ponta a ponta para TVs públicas e legislativas



Somos especializados no mercado público e legislativo, e por isso sabemos dos novos desafios impostos às emissoras de TV do setor. Oferecemos projetos inteligentes, otimizando a operação e se encaixando em qualquer orçamento.

DIGITALIZAÇÃO

Em parceria com a CloudTV, desenvolvemos o serviço de digitalização rápida de acervos, tornando o seu legado disponível para uso, de maneira simples e ágil, além de torná-lo compatível com as novas tecnologias de cloud computing.

CATALOGAÇÃO

A gestão de conteúdo em uma emissora de TV é um grande desafio nos dias de hoje, já que os volumes de material digital crescem diariamente.

Para atender essa demanda firmamos uma parceria com a Media Portal, principal desenvolvedor nacional de sistemas de MAM.

Essa ferramenta já é utilizada na TV Cultura, EPTV, TV TEM, TRAFFIC, SENAC, SESC, entre outros.

CLIENTES EM TODO O BRASIL

TV Câmara São José dos Campos (SP).

TV Câmara Bauru (SP).

TV Câmara Sete Lagoas (MG).

Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Universidade Federal de Sergipe (UFS).

Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

DESSE E COMEÇA
www.4k.tv.br
15 3218.1178



Comunicação Legislativa

Um ano de avanços em direção à consolidação da Rede Legislativa

2014 promete ser um ano de muitas novidades para a comunicação legislativa. Muitas câmaras municipais dão os primeiros passos para montar suas emissoras de televisão, de olho primeiramente na janela existente da TV por assinatura ou até mesmo na internet, mas já vislumbram a possibilidade concreta de um dia operar em TV aberta.

Outras casas legislativas, que já contam com TVs estruturadas, trabalham para iniciar as transmissões em sinal aberto digital. Integram este grupo mais de 30 câmaras municipais do interior de São Paulo e Minas Gerais. Algumas delas já trabalham com o que há de mais moderno em termos de equipamentos, com automação de rotinas e gerenciamento de acervo digital.

A Rede Legislativa de TV Digital iniciou 2014 com sinal aberto em 23 cidades. São Paulo (SP), Brasília (DF), Belo Horizonte (MG), Fortaleza (CE), Porto Alegre (RS), Manaus (AM)*, Vitória (ES), Florianópolis (SC), João Pessoa (PB)**, Goiânia (GO), Cuiabá (MT), Palmas (TO), São Luís (MA)*, Macapá (AP)*, Barretos (SP), Ribeirão Preto (SP), Jaú (SP), Jacareí (SP), Piracicaba (SP), Bauru (SP), Sete Lagoas (MG) e Uberaba (MG). A emissora da Câmara Municipal de Marília chegou agora a este grupo. São 43 milhões de brasileiros com a possibilidade de ter acesso gratuito às emissoras do Poder Legislativo.

Nas capitais, vamos inaugurar, em 2014, operações de TV Digital em Salvador (BA), Florianópolis

(SC), Recife (PE), Natal (RN), Rio Branco (AC), além de Belém (PA)*, Maceió (AL)*, Boa Vista (RR)* e Porto Velho (RO)*.

Na rede de rádio, a primeira operação em FM será inaugurada em breve, em Cuiabá, em parceria com a Assembleia do Estado do Mato Grosso. Depois dela, iniciaremos tratativas para implantar as rádios de Recife, Salvador, São Luís, Belém, Rio Branco, Macapá, Campo Grande (MS), Teresina (PI), Uberlândia (MG), Montes Claros (MG), Divinópolis (MG), Itaúna, Santos, Mogi das Cruzes (SP), Bauru (SP), Ourinhos (SP), Penápolis (SP), Quatro Barras (PR), Ponta Grossa (PR) e Santarém (PA). Em todas estas cidades, a Câmara dos Deputados já possui autorização para operar.

É com satisfação que soubemos pelo Ministério das Comunicações que hoje somos a maior demanda por canais de rádio e TV no país. São 407 solicitações que aguardam encaminhamento. O ineditismo do projeto da Rede Legislativa, de forma associativa, com divisão de investimentos e responsabilidades, mostrou-se vitorioso e hoje é exemplo para outras redes que se formarão, como o canal da cidadania e o canal da educação. Nosso objetivo: levar a cada brasileiro informação que contribua com a maior transparência do Poder Legislativo.

Evelin Maciel

Vice-presidente da Astral e coordenadora da Rede Legislativa de Rádio e TV - Câmara dos Deputados.

“É com satisfação que soubemos pelo Ministério das Comunicações que hoje somos a maior demanda por canais de rádio e TV no país. São 407 solicitações que aguardam encaminhamento”

*Capitais onde a operação de TV Digital é de responsabilidade do Senado Federal. **Em João Pessoa, o Senado Federal opera em TV Digital e a Câmara Municipal do município mantém parceria com a Câmara dos Deputados no sinal aberto analógico.

TV DIGITAL

Resolução da Anatel, que regulamenta as condições de uso por operações de banda larga móvel 4G/LTE preocupa setor

06



ASTRAL

PRESIDENTE

Rodrigo Barreto Lucena
Assembleia Legislativa de Minas Gerais

1ª VICE-PRESIDENTE

Evelin Maciel
Câmara dos Deputados

2º VICE-PRESIDENTE

Sérgio Figueiredo
TV Câmara de Ribeirão Preto

DIRETOR TÉCNICO

Wanderley de Oliveira
Assembleia Legislativa do Mato Grosso

SECRETÁRIO GERAL

Afonso Lopes
Assembleia Legislativa de Goiás

TESOUREIRO

Guilherme Brandão Minassa
Câmara Municipal de Belo Horizonte

CONSELHO FISCAL

| TITULARES

Marisa Elisete Libardi
TV Câmara dos Vereadores de Piracicaba - SP

Antônio Magalhães

TV Assembleia Legislativa de Pernambuco

Maurício Pandolphi

Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte

| SUPLENTE

Suelen Costa
Assembleia Legislativa de Santa Catarina

Pedro Motta Lima

Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro

CONSELHO TÉCNICO

Marcos Amaral Rainho Ribeiro
Assembleia Legislativa de Minas Gerais

Carlo Antônio

Câmara Municipal de Itajaí - SC

Vicente Romano

Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul

Luís Flávio Menezes

Câmara dos Deputados

Evandro Castanheira Lacerda

Câmara Municipal de Lavras - MG

ASTRAL - Associação Brasileira de Televisões e Rádios Legislativas

SGAS 902 – Ed. Athenas – Bloco C
Salas 120/127 – Asa Sul – CEP: 70390-020 – Brasília | DF
www.astralbrasil.org | Tel: +55 (61) 3037-3773

COBERTURA

Período eleitoral demanda cobertura imparcial e transparente

16



Divulgação

INTERATIVIDADE

A Câmara dos Deputados e a Câmara Municipal de João Pessoa dão a largada para a interatividade

36



Janaina Cavalcanti

14 ENTREVISTA

Em entrevista exclusiva, David Britto avalia padrão de TV Digital no Brasil

30 BALANÇO

Rede Legislativa ganha força com mais cidades em sinal digital aberto

38 ASSOCIADOS

Ribeirão Preto é reconhecida pela população e parlamentares como ferramenta eficaz para cobrir os atos do legislativo

40 ARTIGO

Para montar uma TV pública é preciso mais que um bom projeto, é necessário que respeite a Lei 8.666 de 1993.

42 ENCONTRO

Unale se prepara para a Conferência Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais



EMBRASEC
EDITORA & EVENTOS
www.embrasec.com.br

ADMINISTRAÇÃO, CIRCULAÇÃO E CORRESPONDÊNCIA:

Rua Olivério Guaranha, 41 | CEP: 02415-080
São Paulo - SP | Tel.: +55 (11) 2979-0806

EDITOR

Andrezza Queiroga | MTB 35.540/SP
redacao@astralbrasil.org

PUBLICIDADE

Edmilson Oliveira
comercial@astralbrasil.org
comercial@embrasec.com.br

ADMINISTRAÇÃO

Ana Maria Faria de Oliveira
anamaria@embrasec.com.br

DIREÇÃO DE ARTE E DIAGRAMAÇÃO

Janaina Cavalcanti | jan_ac@hotmail.com

REVISÃO

Isabel Alencar | alencar.isabel@gmail.com

IMPRESSÃO

Silvamarts Gráfica e Editora

VERSÃO ELETRÔNICA

EMBRASEC | web@astralbrasil.org

DISTRIBUIÇÃO

MTLOG BRASIL e CORREIOS

REVISTA DA ASTRAL
ANO 03 | Nº 05 | ABRIL/2014

ASTRAL
Associação Brasileira de Televisões e Rádios Legislativas



SET revela interferências do 4G na TV Digital

Milhares de telespectadores podem ser prejudicados

POR | ANDREZZA QUEIROGA

“A necessidade de reformular o parque doméstico de antenas de recepção implica custos expressivos, que ainda precisam ser calculados, e um enorme desafio logístico”

Olímpio José Franco
Presidente da SET

*** O sistema 4G/LTE, considerado um marco para a tecnologia LTE com o avanço no lançamento das redes, é o fator chave de disseminação da tecnologia, que estaria no avanço dos dispositivos móveis habilitados para operar nas redes LTE. Trata-se de um sinal de banda larga móvel de última geração, que deverá ser introduzido na faixa de frequência dos 700MHz.

A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) aprovou, em 2013, a Resolução 625 que estabelece as condições de uso para operações de banda larga móvel 4G/LTE*** (Long Term Evolution) da faixa de frequência de 700 MHz, anteriormente destinada no Brasil exclusivamente à TV aberta. O documento condiciona o novo destino e a realização de licitação ao estabelecimento de um regulamento sobre a interferência entre os sistemas de banda larga na faixa de 700 MHz e a TV aberta digital. Uma pesquisa da Universidade Presbiteriana Mackenzie, de São Paulo, em parceria com a Sociedade Brasileira de Engenharia de Televisão (SET), apontou que o compartilhamento da faixa traz interferências mútuas entre o 4G e a TV digital no Brasil. Ao todo, os testes levaram 14 meses para serem feitos e seus resultados demonstraram que a implantação do 4G na faixa de 700 MHz no Brasil poderá atingir os telespectadores, ou seja, mais de 100 milhões de aparelhos de TV em todo o País. Na prática, esses problemas incluem o completo bloqueio do sinal, o que deixa a tela da tevê completamente preta, e a interrupção do sinal de demais aparelhos como celulares. Isso significa que o telespectador ficaria impedido de utilizar a TV e qualquer outro aparelho simultaneamente. De acordo com Olímpio José Franco, presidente da SET, para evitar problemas como interrupções das recepções de TV, é preciso que sejam feitas algumas adaptações antes de implantar qualquer novo uso da faixa. O próprio estudo, desenvolvido pela Mackenzie, e que teve à frente Gunnar Bedicks Jr., pesquisador responsável pelo Laboratório de TV Digital da universidade,



Estudo que comprova interferências do 4G foi apresentando em encontro organizado pela SET, em São Paulo



Preocupação é que problemas causem apagões em milhares de televisores no País

“ A Anatel realiza em todas as regiões do Brasil o replanejamento dos canais que estariam na faixa dos 700 MHz, ou seja, dos canais 52 a 69, hoje ocupados pelas TVs analógicas e também pelos canais das TVs digitais. Com esse replanejamento, não há perigo de interferência”

Wanderley de Oliveira

Diretor técnico da Astral e superintendente da TV da Assembleia Legislativa de Mato Grosso



Pesquisa levou 14 meses para ser concluída e já foi encaminhada para análise da Anatel

>> sugere que, para preservar a qualidade da recepção do canal de TV, é necessária uma combinação de diversas medidas de mitigação, entre elas, alterações das antenas, adição de filtros nos televisores e nos transmissores LTE.

Na prática, os telespectadores que recebem o sinal de TV com antena interna amplificada precisarão instalar antenas externas para evitar a interferência oriunda das emissões de terminais móveis LTE. Outra ação inclui a instalação de filtros de rejeição de sinais de celular em frequências superiores as do canal 51 para aqueles que estiverem próximos a estações de rádio base LTE. O pesquisador é categórico: - “A revisão da resolução, com a adoção de medidas preventivas, é imperativa para propiciar a introdução da banda larga móvel em UHF sem risco de apagões em milhares de residências”.

Olímpio espera que a Anatel reveja as especificações da norma e adote medidas mais rígidas, com limitações das emissões espúrias para propiciar a introdução da banda larga móvel em UHF sem causar prejuízo em milhares de residências que dependem da TV aberta. Além disso, a SET ressalta que é necessário que a Anatel crie requisitos técnicos e imponha às operadoras de telecomunicações obrigações na operacionalização de medidas de mitigação que evitem as interferências sobre as recepções de sinais digitais dos televisores dos telespectadores. Somado a isso, há o fator custo. “A necessidade de reformular o parque doméstico de antenas de recepção implica custos expressivos,



O presidente da SET espera que a Anatel reveja as especificações da Resolução e adote medidas mais rígidas

que ainda precisam ser calculados, e um enorme desafio logístico”, afirma o presidente da entidade.

O estudo contesta a tese defendida pelo ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, de que a interferência entre o 4G e a TV digital na faixa de 700 MHz está concentrada em poucas cidades, entre elas, Rio de Janeiro, São Paulo e Campinas. De acordo com a pesquisa, a interferência atingiria milhares de telespectadores em todas as regiões do País.

Apesar de reforçar que o sinal 4G se mostra o futuro da telefonia com a melhora da

qualidade e dos serviços, Ruy Carlos Gomes, diretor de operações da TV Câmara São José dos Campos, afirma que os problemas de interferência são reais. “A maioria das antenas de TV digital no Brasil são internas, os aparelhos celulares ainda não estão adaptados, tudo isso vai sim mexer na qualidade da imagem da TV Digital. A interferência não é causada por um problema específico, mas por uma série de situações que podem ocasionar a colisão dos sinais na mesma faixa. Entre eles, está a proximidade física entre as estações base LTE e as antenas



Ruy Gomes diz que a interferência é um problema real e que deve ser mitigada

“ Em todos os países onde a operação do serviço de celular é feita em faixa adjacente à televisão, como é o nosso, as questões da interferência foram tratadas com muito respeito e diálogo, além, é claro, de muito investimento”

Ruy Carlos Gomes
Diretor de operações da TV Câmara São José dos Campo

>> externas de recepção de TV, a diferença de topologia entre as redes, o uso de terminais móveis LTE próximos a televisores, entre outros. Por isso é complexa a resolução deste problema”, resume.

Para ele, é preciso ficar atento a interferências prejudiciais que acontecem basicamente de duas maneiras. Por meio da intermodulação, que ocorre quando a transmissão de ambos os sinais se misturam e geram aleatoriamente uma terceira fonte de irradiação captada pelas antenas de ambos os serviços (TV digital e celular) o que degrada a qualidade de transmissão. “Esse tipo de interferência é minimizado com estudos e planejamento de engenharia, com

vistas ao melhor dimensionamento da área de cobertura do sinal, com a utilização de equipamentos de transmissão de qualidade com instalação de filtros especiais junto aos transmissores, no caso das TVs e também das ERBs (Estação Rádio Base) das operadoras de telefonia móvel”, aponta Ruy. Outra maneira de interferência é a indução, ou seja, fenômeno pelo qual a onda de radiofrequência interfere diretamente em circuitos e componentes do aparelho de TV ou celular, o que causa a distorção ou bloqueio do sinal que, dependendo da intensidade da fonte interferente (se ela é muito mais forte ou está muito mais perto do transmissor) pode causar até

o bloqueio total do sinal. “Esse tipo de interferência pode ser mitigado com o isolamento do dispositivo da TV, conversor de canais ou aparelho celular, mediante a instalação de uma blindagem especial no processo de fabricação desses aparelhos”, explica o diretor.

Ruy Gomes acredita que os testes realizados pela SET devem ser tratados pelo governo com a máxima atenção. “A interferência de sinal é real, a tela preta pode acontecer nos aparelhos. O cidadão corre o risco de ligar a TV e o celular e um ou até mesmo os dois não funcionarem. Este problema não é exclusivo do Brasil. Em todos os países onde a operação do serviço de celular é feita em faixa adjacente à televisão,

COMERCIAL ALL iluminação profissional

Iluminação técnica para estúdios, auditórios, teatros e arquitetura em geral.



Projetos estrutural e elétrico,
Instalação técnica e artística.

18 anos projetando e instalando estúdios em todo o Brasil. Fabricante e importador de equipamentos profissionais de iluminação.
Direção de fotografia, cursos de iluminação e operação de câmera, projetos elétricos e artísticos.



LIGUE SEM COMPROMISSO



>> como é o nosso, as questões da interferência foram tratadas com muito respeito e diálogo, além, é claro, de muito investimento. No Brasil deve haver diálogo constante entre o governo, as emissoras de TV, as entidades de classe e as operadoras de telefonia”, finaliza.

Wanderley de Oliveira, diretor técnico da Astral e superintendente da TV da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, afirma que, apesar das interferências identificadas no estudo, os esforços valerão a pena. “A Anatel realiza em todas as regiões do Brasil

o replanejamento dos canais que estariam na faixa dos 700 MHz, ou seja, dos canais 52 a 69, hoje ocupados pelas TVs analógicas e também pelos canais das TVs digitais”, ressalta. O superintendente defende que ainda é cedo para prever algum problema e, somente

TESTES APONTAM QUE INTERFERÊNCIA NÃO SERÁ OBSTÁCULO

Conclusões serão mostradas à Anatel, SET e operadoras móveis, mas entidades pedem adiamento

Na primeira quinzena de abril, alguns dos principais fornecedores do mercado de telecomunicações concluíram o conjunto de testes de interferência das transmissões LTE em 700 MHz sobre os sinais das redes de TV aberta.

Os testes realizados na cidade do Rio de Janeiro e conduzidos pela Abinee, CETUC/PUC-RJ, Qualcomm, Nokia Solutions and Networks (NSN), Alcatel-Lucent e Motorola Solutions mostraram que o problema de interferência parece ser bem menos complicado para se solucionar do

que se imaginava. Segundo fontes que acompanham as análises, os resultados mostram que é perfeitamente possível mitigar as interferências dos sinais LTE na recepção dos sinais de TV com filtros simples (que custam bem menos) e muito provavelmente o universo de televisores afetados pelos sinais das transmissões 4G será muito menor do

que se estimava.

Os custos finais para a mitigação, por esse estudo, seriam, portanto, bem menos impactantes do que os bilhões de dólares que os radiodifusores estimavam. Os testes no Rio, que começaram a ser planejados em novembro de 2013, é baseado em medições feitas a partir dos sinais gerados por uma estação de transmissão móvel que percorre a cidade gerando sinais LTE em diversas potências.

Os resultados dos testes serão apresentados para a Anatel e, também, para as emissoras de TV (por meio da SET) e as operadoras móveis (por meio do SindiTeleBrasil) serão chamadas para verificar e analisar os resultados.

Em meio a tudo isso, três associações do setor de radiodifusão apresentaram à Anatel um pedido para adiar o processo de licitação da faixa de 700 mega-hertz, que será destinada à tecnologia 4G (a previsão era

de que o edital do leilão seria aprovado ainda em abril e a disputa ocorreria em agosto).

O documento é assinado pela Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), Associação Brasileira de Radiodifusores (Abra) e Associação Brasileira de Rádio e Televisão (Abratel). Segundo as entidades, é preciso fazer estudos adicionais sobre as possíveis interferências no uso da faixa.

No ofício protocolado na Anatel, constava a preocupação das entidades com o tempo de execução das atividades necessárias à realização do leilão. As associações argumentam que a consulta pública sobre o regulamento contra interferências deve ser feita só depois da conclusão do relatório final sobre os testes feitos pela Anatel, com a contribuição dos setores de radiodifusão e de telecomunicações. E só depois desse processo o edital deve ser submetido à consulta pública.



Para Wanderley de Oliveira, não deverá haver grandes problemas, pois a Anatel realiza o replanejamento dos canais que estariam na faixa dos 700 MHz

após a conclusão definitiva dos testes, inclusive os da própria Anatel e das operadores de telecomunicações, é que se terá uma definição dos prejuízos que virão. “Quando esses canais entrarem em uso pelas operadoras, os canais hoje ocupados pela televisão aberta, a exemplo do canal da Câmara dos Deputados, que hoje transmite a programação da TV Câmara de Brasília, TV Senado e TV Assembleia, e de todas TVs públicas, deverão ser deslocados para outros canais, sem prejuízo dos investimentos já feitos. Só poderemos ter conhecimento dos entraves no futuro, no entanto, com os devidos cuidados, a realocação dos canais não sofrerá com interferência”, sustenta. [A](#)



Equipamentos e Soluções para sua emissora governamental no ar em HDTV

Conte com nossa experiência!
Projetos instalados em mais de 30 câmaras e órgãos governamentais em todo o Brasil.

Projetamos, instalamos e treinamos toda equipe operacional.

- ◆ Câmeras Full HD e 4k
- ◆ Ilhas de Edição
- ◆ Iluminação
- ◆ Playout
- ◆ Equipamentos com Garantia do Fabricante
- ◆ Armazenamento em Full HD
- ◆ Servidores de Vídeo HD
- ◆ Cenário Virtual



Rua Dr. Zuquim, 902 - Santana - São Paulo-SP
Tel: 11 5082-2302 | Site : www.seegma.com.br

[f](#) /SeegmaBroadcast

Conselheiro do Fórum SBTVD avalia sistema digital do Brasil

Especialista se diz preocupado com mudança da faixa dos 700 MHz

POR | REDAÇÃO

“ Não há dúvidas quanto à escolha do padrão de TV digital. As vantagens do ponto de vista técnico e de mercado foram muitas para o País”. A afirmação é de David Britto, membro do Conselho Deliberativo e coordenador do Módulo de Mercado do Fórum SBTVD e CTO (Chief Technical Officer) da empresa Totvs, ao ser questionado sobre o modelo de tevê que completou seis anos. Segundo ele, o sucesso do modelo se deve, ainda, à engenharia brasileira que contribuiu muito para que o padrão se tornasse mais robusto.

Em entrevista exclusiva à revista da Associação Brasileira de Televisões e Rádios Legislativas (Astral), Britto citou os principais desafios que temos pela frente como, por exemplo, o desenvolvimento do sistema ISDB-Tb, e o suporte ao novo padrão de compressão de vídeo.

O conselheiro também trata da mudança da faixa dos 700 MHz para a banda larga, o que, em seu ponto de vista, ainda é uma grande incerteza e precisa de avanços para sanar eventuais gargalos.

Astral - A TV Digital completou seis anos de operação no Brasil no padrão ISDB-T. Hoje podemos considerar que o modelo nipo-brasileiro realmente é o mais adequado para o País?

David Britto - Não há dúvidas quanto à escolha do padrão. As vantagens do ponto de vista técnico e de mercado foram muitas para o País. O acordo estabelecido entre Japão e Brasil proporcionou intensa cooperação técnica que originou o padrão brasileiro, adotado por mais de 10 países. A engenharia brasileira contribuiu muito para que o padrão se tornasse mais robusto e o tamanho do mercado brasileiro fez com que a economia de esca-

la trouxesse ganhos para o consumidor, que compra hoje um receptor interativo e com qualidade HD a um preço acessível.

Astral - Onde mais avançamos?

DB - A contribuição brasileira mais relevante para o digital foi o desenvolvimento do sistema de interatividade Ginga, que já é uma realidade de mercado com mais de 21 milhões de televisores, conversores digitais e celulares no mercado (fonte: MC). Um ecossistema que não existia começa a ser formado a partir deste mercado.

Astral - Quais os principais desafios que você vislumbra pela frente?

DB - O desenvolvimento do sistema ISDB-Tb passa pelo suporte ao novo padrão de compressão de vídeo (HEVC H.265), por tecnologias que acompanhem a evolução do sistema de transmissão/recepção para dar suporte a resoluções de vídeo mais elevadas (UHD-4K e Super HiVision-8K). Outro desafio é a ampliação do Ginga para dar suporte aos requisitos Integrated Broadcast & Broadband services (IBB), padrão que permite a convivência padronizada de acesso a conteúdo audiovisual interativo oriundo do sistema de recepção Broadcast e Broadband (IP), além do recurso “Segunda Tela”, ou múltiplos dispositivos.

Astral - Como está o processo de mudança da faixa dos 700 MHz para a banda larga?

DB - Há uma enorme incerteza técnica quanto à convivência dos sistemas de TV Digital e LTE. Estudos demonstram que os sistemas convivem de forma crítica, com mútua interferência.

Astral - Como o senhor avalia a informação de que há estudos que apontam interferência entre os canais a serem realocados?

DB - Entendemos que o problema de interferência na faixa dos 700 MHz existe. Os resultados dos testes realizados pela Sociedade de Engenharia de Televisão (SET) entidade sem fins lucrativos, que possui uma

longa história de contribuição para a engenharia de televisão brasileira, apontam claramente o enorme desafio de harmonizar a convivência dos serviços.

Astral - O Ministério das Comunicações estabeleceu um cronograma de transição da transmissão analógica para a digital, com início em 1º de janeiro de 2015 e encerramento até 31 de dezembro de 2018. Como o senhor avalia este planejamento?

DB - Entendemos que a flexibilização do cronograma foi uma medida racional que levou em consideração as dimensões continentais do País, distribuição da população, elevados investimentos para implantação do sistema de transmissão digital e a capacidade produtiva da indústria de transmissão e recepção. Os detalhes do planejamento do desligamento ainda estão em discussão entre o governo e o Fórum SBTVD.

Astral - O brasileiro tem a expectativa de poder interagir mais com a televisão. Quais são os planos do Fórum para investir na interatividade de TV brasileira? Quais os desafios?

DB - O Fórum SBTVD desenvolveu, aperfeiçoou e normatizou o sistema de interatividade Ginga (DTV_i). A disponibilização de conteúdo interativo cabe aos radiodifusores públicos e privados.

Astral - Como implementar a norma de ABNT para fazer com que todos os receptores aceitem os aplicativos de interatividade?

DB - Ao contrário do que foi preconizado, a implantação do sistema de interatividade padrão Ginga se revelou simples, viável economicamente e que já conta com televisores de tamanho que variam de 14 a 84 polegadas no mercado, com diversos fabrican-

tes e modelos. O canal de interatividade (canal de retorno) também já é uma realidade na grande maioria dos modelos.

O Fórum SBTVD trabalha na evolução da suíte de testes para ajudar os fabricantes a disponibilizar produtos cada vez mais compatíveis com a norma Ginga ABNT.

Astral - Uma das grandes dificuldades das emissoras públicas que operam em multiprogramação é que os canais de outras programações, a não ser a primária, não são acessados facilmente pelo controle remoto. Isto porque a

norma da ABNT prevê de forma opcional essa seleção de canais lógicos secundários. Como sanar esta dificuldade?

DB - Acredito ser plenamente possível alterar essa regra e exigir que os fabricantes incluam em todos os receptores a seleção de canais da multiprogramação.

Astral - De que forma o legado de receptores pode ser adaptados a essa adequação?

DB - Acredito que uma mudança de usabilidade do receptor pode simplificar o acesso aos canais de multiprogramação. **A**



Para conselheiro do Fórum SBTVD, a engenharia brasileira contribuiu muito para que o padrão de sistema de TV Digital do País se tornasse robusto e positivo para o consumidor

Emissoras legislativas se preparam para as eleições 2014

Objetivo é garantir uma transmissão isenta e transparente do processo eleitoral

POR | ANDREZZA QUEIROGA

Este ano está marcado por grandes eventos. Seja a Copa do Mundo ou as eleições, 2014 vem com a promessa de acontecimentos importantes, que devem chacoalhar toda a mídia brasileira, incluindo as emissoras do Poder Legislativo, que já se movimentam em torno do pleito a ser realizado em outubro. Além de uma logística cuidadosa, as rádios e TVs precisam se preparar para a cobertura do processo eleitoral e devem redobrar a atenção com o que é veiculado e respeitar as exigências legais para as operações de TV.

Segundo Antônio Vital Medeiros de Moraes, diretor de Jornalismo dos veículos de comunicação da Câmara dos Deputados e ex-presidente da Astral, as TVs legislativas têm o compromisso com a transparência e com o equilíbrio na divulgação do que acontece nos legislativos federal, estadual e municipal. “Somos o veículo ideal para a cobertura isenta das eleições. Sem contar que as emissoras públicas têm a missão de informar o cidadão a respeito do funcionamento do sistema político e traduzir para o público leigo o significado e a importância do processo eleitoral”, afirma. Vital ressalta que a TV Câmara tem uma tradição de dez anos em cobertura das eleições, com a divulgação da totalização dos votos nos principais estados e capitais do País e, neste ano, essa experiência, aliada à multiplicação das emissoras legislativas, permitirá a formação de uma rede de parceiros. Tudo isto possibilitará a transmissão de análises e resultados em tempo real para todas as regiões do Brasil. Para ele, a

principal limitação é ainda técnica, já que nem todas as emissoras têm capacidade operacional de gerar conteúdo ao vivo.

O processo da totalização dos votos, de acordo com o diretor, por ser obtido em tempo real junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) é, da mesma forma, transmitido à população ao vivo a partir do momento em que as urnas são fechadas. É neste momento que as emissoras passam a fazer a divulgação do que já foi apurado e ouvem especialistas que analisam os resultados ou parlamentares e candidatos. Com base nisso, o processo permite que as emissoras parceiras nas principais capitais e nas cidades mais importantes do País possam entrar em rede nacional, com a TV Câmara e a TV Senado, a partir de suas bases. “Essa rede deve contar com a participação de emissoras das câmaras municipais e assembleias legislativas. Nas eleições passadas, por exemplo, a TV Câmara contou com a participação de seis emissoras; em 2014, este número pode chegar a, pelo menos, dez”, adianta.

A cobertura integrada das emissoras é a palavra de ordem na Rádio Câmara. De acordo com Mauro Sérgio Ceccherini, editor-chefe da rádio, na eleição realizada em 2010, a Rádio e a TV Câmara já haviam feito uma cobertura integrada que contou com links ao vivo nos dois veículos. “Para tanto, houve a necessidade de adequações à linguagem que deveria servir tanto para a rádio quanto para a TV”, lembra.

Além de atuar junto com a TV, a emissora trabalhou com rádios parceiras. São cerca de

“As emissoras públicas têm a missão de informar o cidadão a respeito do funcionamento do sistema político e traduzir para o público leigo o significado e a importância do processo eleitoral”

Antônio Vital Medeiros de Moraes

Diretor de Jornalismo dos veículos de comunicação da Câmara dos Deputados e ex-presidente da Astral

duas mil rádios espalhadas por todo o País que utilizam as reportagens e os programas da Rádio Câmara. O editor complementa que, no

dia da eleição, elas mandam flashes sobre o que acontece em suas cidades, o que torna a cobertura bastante rica e variada.

TVS JÁ COLOCAM A MÃO NA MASSA

Planejamento inclui uma nova logística de equipe

No que se refere à equipe, o diretor de Jornalismo dos veículos de comunicação da Câmara dos Deputados esclarece que tudo depende das condições técnicas de cada emissora. No caso das TVs Câmara e Senado, há uma estrutura que possibilita a montagem de links no TSE e a transmissão do sinal para todo o Brasil. Entretanto, vale lembrar que nem todas as emissoras legislativas têm a mesma capacidade, o que pode ser amenizado com o uso da internet. “Graças à Rede Legislativa de TV Digital, é cada vez maior a transmissão dessas emissoras em sinal aberto nas capitais e em muitas cidades do interior, principalmente no estado de São Paulo. Isso é bom para a TV Câmara e para as emissoras locais que, por suas próprias características, têm alcance limitado a seus estados (caso das assembleias) e municípios (caso das câmaras municipais). Neste ano, a TV Câmara deve adotar equipamentos conhecidos como “mochilinks”, que garantem a geração de sinais via internet e não via satélite, o que possibilita a transmissão de diversos pontos do País, com economia de custos”, explica.

Ceccherini conta que, na rádio, a estrutura da equipe envolve apresentadores e locutores

em três turnos, encarregados da ancoragem da transmissão. Especialistas convidados também participam da programação com comentários e informações sobre as eleições. Somado a isso, uma equipe de repórteres também fica a postos no TSE, no TRE e em outros pontos da cidade. “Produtores e editores, na redação, completam o trabalho. A equipe de operação técnica também trabalha neste dia para garantir todo o apoio necessário à transmissão”, garante o editor da Rádio Câmara, que também faz questão de interagir com a população. “Sempre colocamos nossos telefones à disposição dos ouvintes, que podem fazer perguntas aos especialistas entrevistados durante nossas transmissões, enviar sugestões e fazer reclamações”, lembra.

No Ceará, já começou o planejamento das eleições de 2014 nas reuniões e encontros de equipe, sempre com o objetivo de aprimorar sua cobertura. De acordo com Leonardo de Borba, diretor do Núcleo de TV da Assembleia Legislativa cearense, na semana que antecede a eleição, a emissora dá ênfase aos temas eleitorais e designa uma equipe de reportagem (produtor, repórter, cinegrafista) para preparar matérias para o dia >>

>> do pleito. “No dia das eleições, todos os servidores são convocados a cobrir diversos pontos de votação na capital e na região metropolitana, que são apresentados em dois telejornais e em plantões durante o dia. A partir das 19 horas, um programa ao vivo faz entrevistas com analistas políticos e divulgamos direto do TRE a totalização dos votos”, afirma. Para fomentar a participação da população, a equipe de jornalismo da TV busca ouvir diversos segmentos dentro da sua grade de programação e aposta ainda no esclarecimento de dúvidas que porventura sejam levantadas pelo povo. “A transparência na cobertura das eleições é conseguida no dia a dia da própria televisão quando mostra de maneira direta o que se passa no Parlamento. Isto nos credencia junto à população para receber sugestões”, enfatiza.

No Rio Grande do Sul, a TV Assembleia de Porto Alegre ainda não definiu a estrutura para cobertura das eleições, mas estuda firmar uma parceria com o Tribunal Regional Eleitoral (TER) como já foi feito no passado. De acordo

com Michele Limeira, coordenadora da emissora, esta parceria visa definir e esclarecer a equipe sobre os parâmetros legais que devem ser respeitados durante a cobertura. “Além disso, até o momento, apenas estabelecemos uma pauta jornalística focada em serviço sobre as eleições e cidadania e já começamos a veicular as matérias sobre o assunto em nossos telejornais”, conta.

Em Natal (RN), a TV Câmara já começou a se estruturar para realizar em 2014 a maior cobertura das eleições já levada ao ar pela emissora. Com a perspectiva de entrada na Rede Legislativa de TV Digital até o mês de junho, a emissora prepara um esquema de cobertura que marcará a sua entrada em canal aberto. “Nossa intenção é, a partir de agosto, levar ao ar programas voltados para o eleitor, como, por exemplo, o ‘Por dentro das Eleições’, que realizará enquetes com o natalense para tirar as principais dúvidas sobre o processo eleitoral. As respostas serão dadas pela equipe da Justiça Eleitoral do Estado”, adianta a diretora Virgínia Co-

elli. Segundo ela, as coberturas de anos anteriores sempre foram voltadas para a produção de reportagens especiais que contassem a história do Parlamento, dos partidos políticos e para programas de entrevistas que colaborassem com o trabalho da Justiça Eleitoral. Porém, para este ano, os planos são mais audaciosos. “Vamos ampliar ainda mais esse foco e fazer a cobertura total do pleito. Nossa intenção é abrir espaço na grade da emissora para compartilhar programas que venham a ser produzidos pela TV Câmara dos Deputados, já que teremos eleições gerais”, destaca.

Para garantir um processo transparente e fomentar a participação da população, Virgínia Coelli aposta em ações como a realização de audiências públicas realizadas com frequência pela Câmara Municipal de Natal, pois isso ajuda a estreitar o relacionamento da emissora com a sociedade. “Ao garantirmos isso, acabamos por colaborar com o aumento da participação da população no dia a dia da emissora”, salienta.

Em Minas Gerais, a pauta para as eleições começou em janeiro. Desde o início do ano, foram feitas contratações dos serviços de apoio à transmissão: links externos, uniformes e o apoio da área de Tecnologia da Informação (TI). Somado a isso, a emissora começou a definir o tratamento gráfico dos dados eleitorais. “A preocupação é traduzir os números de maneira clara e simples, sem abrir mão da agilidade. Na época em que o Divulga (software que o Tribunal Superior

“No período eleitoral, nosso papel é levar para o cidadão o trabalho feito pela Câmara dos Deputados. Informá-lo sobre projetos e propostas que podem mudar a vida dele e estimulá-lo a participar de todo esse processo”

Mauro Sérgio Ceccherini
Editor-chefe da Rádio Câmara



Antônio Vital, diretor de Jornalismo dos veículos de comunicação da Câmara dos Deputados

>> Eleitoral disponibiliza para divulgação dos resultados das eleições) não disponibilizava os resultados levando em conta o quociente eleitoral (conjunto com o quociente partidário e a distribuição das sobras, o método pelo qual se distribuem as cadeiras nas eleições proporcionais brasileiras), a divulgação dos resultados era nosso diferencial. Éramos os únicos do estado a divulgar, em tempo real, quem estava eleito até dado momento da apuração. Com a evolução do software do TSE, nosso desafio passou a ser analítico”, relata Patrícia Helena Salazar Porto, da TV Assembleia mineira.

A grade também conta com

programetes com conteúdos eleitorais que incluem cargos em disputa, novidades do pleito deste ano, principais dúvidas dos eleitores e prazos do calendário eleitoral. As eleições 2014 também já são tema da maioria dos programas da emissora. Segundo Patrícia, o conteúdo conta com políticos e acadêmicos que se revezam na análise do cenário eleitoral e, nos meses de agosto e setembro, serão ouvidos jornalistas de veículos da capital e do interior que discutem a eleição em todos os cantos do estado. “Nossa equipe também se mobiliza para cobrir a agenda dos candidatos majoritários, as convenções estaduais, muitas

das quais, realizadas na sede da Assembleia Legislativa mineira, com transmissão ao vivo pela TV Assembleia”, afirma.

A emissora, que conta com um grupo de 150 profissionais entre técnicos e jornalistas, busca ainda, durante o dia de votação, percorrer os principais locais de votação da Região Metropolitana de Belo Horizonte e acompanhar o movimento nas seções eleitorais e a agenda dos candidatos. Já as notícias do interior de Minas chegam por meio de audiotapes de emissoras parceiras. Da sede do TRE mineiro, repórteres trazem, ao vivo, as últimas informações sobre o andamento da votação no es->>

>> tado e no País. A programação também prioriza a informação analítica, com discussões sobre gestão pública e participação política. “De olho na participação popular e transparência, nos pautamos por estudos sobre o comportamento do eleitor. Ou seja, programas e reportagens são produzidos com o intuito de estimular a participação política e o exercício do voto consciente”, explica

Patrícia. Para ela, isenção e neutralidade são inerentes à programação de uma emissora legislativa pela própria essência do Poder Legislativo, que é plural, formado pelo conjunto de interesses do povo vocalizados por seus representantes eleitos. “Esses princípios são reforçados pela legislação eleitoral que, por sua vez, tenta dirimir as diferenças de visibilidade entre os que já estão no

poder e os que querem fazer parte dele. O desafio para as emissoras legislativas é vencer a rejeição que os cidadãos têm pela política e ajudá-los a exercer seu papel de protagonista nesse processo”, ressalta. (AQ)

PROFISSIONAIS FICAM ATENTOS AOS LIMITES LEGAIS

Imposições devem ser respeitadas na grade de cada emissora

Além de toda a logística que envolve sinal e equipe, as emissoras legislativas devem seguir de maneira rigorosa as determinações da justiça eleitoral, principalmente no que diz respeito a limites legais, em especial no período de campanha eleitoral. De acordo com o diretor de Jornalismo dos veículos de comunicação da Câmara dos Deputados, Antônio Vital, as emissoras não podem ser acusadas de beneficiar A ou B, sob pena de afetar a credibilidade de toda a rede, que é um fenômeno recente e não pode ser confundida pela opinião pública com os interesses eleitorais de qualquer grupo político ou partido. Portanto, conclui ele, a interatividade ou opinião devem ser usados com parcimônia na cobertura de eleições.

“A TV Câmara adota habitualmente alguns cuidados durante o período eleitoral. Um deles é vetar a presença de candidatos em programas, até mesmo deputados. A exceção é a cobertura jornalística que segue outra lógica: a da importância dos fatos, do ponto de vista jornalístico. Portanto, não faz sentido evitar a presença, por exemplo, do relator de um projeto importante em reportagens pelo fato dele ser candidato. Nesse caso, o importante é o projeto relatado e é esse o cuidado que deve ser tomado na edição”, conta o ex-presidente da Astral. Vital lembra ainda que, a cada eleição, a TV Câmara e os demais veículos da Câmara dos Deputados consultam especialistas em legislação elei-

toral (consultores legislativos da própria Câmara) para definir o que pode e o que não pode ser feito. “Isso é feito a partir de junho, quando os tribunais eleitorais definem as regras das eleições. Um ponto que geralmente causa polêmica é a transmissão do Plenário, mas o entendimento é que o Plenário é livre de restrições porque ali o parlamentar está no exercício do seu mandato”, explica.

Para este ano, Vital se diz otimista. Segundo ele, a Rede Legislativa de TV Digital é a razão, pois tem permitido não só a ampliação do sinal das TVs legislativas, mas também uma aproximação maior entre elas. “Com a Rede, é possível ampliar a cobertura e a formação do que pode ser >>



A TV AL CE busca ouvir diversos segmentos nas matérias veiculadas durante o período eleitoral



No Ceará, são adotados cuidados na ilha de edição para não levar ao ar nada que desprezite o código eleitoral



O diretor da emissora cearense acredita que o trabalho da redação, por ser transparente, os credencia e garante a participação da população

>> considerado o embrião de uma verdadeira rede de informações, isenta e com credibilidade”, enfatiza.

O editor da Rádio Câmara explica que a cobertura das eleições exige atenção às regulamentações do TSE. “Além de abriremos espaço aos eleitores, redobramos o cuidado com te-

mas que possam render dividendos eleitorais a um ou a mais partidos. No período eleitoral, nosso papel é levar para o cidadão o trabalho feito pela Câmara dos Deputados. Informá-lo sobre projetos e propostas que podem mudar a vida dele e estimulá-lo a participar de todo esse processo”, acrescenta. Para

Ceccherini, este ano a cobertura deve marcar um aperfeiçoamento da Rede Legislativa: “Esperamos repetir a cobertura dos anos anteriores, aperfeiçoamos nossa parceria com a TV Câmara e com as duas mil rádios de todo o País que retransmitem reportagens e programas da Rádio Câmara”. >>

“A transparência é conseguida no dia a dia da própria televisão quando mostra de maneira direta o que se passa no parlamento. Isto nos credencia junto à população para receber sugestões”

Leonardo de Borba

Diretor da TV da Assembleia Legislativa do Ceará

>> No Ceará, Borba explica que há profissionais que ficam atentos à programação para evitar a exposição de candidatos e propagandas indiretas, proibidas pela legislação eleitoral. “A cobertura das eleições sempre foi um ponto positivo para nós que disponibilizamos para a população o acompanhamento do pleito na íntegra, com informações de interesse público e análises dos fatos”, salienta.

Para evitar eventualidades, na TV Assembleia de Minas Gerais, as determinações da legislação eleitoral em relação às emissoras públicas também são seguidas à risca. “Durante o período eleitoral, deixamos de convidar para participar de programas no estúdio todos os candidatos, inclusive os deputados estaduais. Já nas



A apresentadora da emissora de Rio Grande do Norte, Amanda Fernandes



Virgínia Coelli, diretora da TV Câmara de Natal





Em Minas Gerais, durante o período eleitoral, são vetadas participações de candidatos em programas da casa

>> transmissões ao vivo, não há mudanças, pois a responsabilidade sobre o que vai ao ar é de quem fala, ou seja, do parlamentar. E os parlamentares são previamente orientados sobre os riscos”, explica Patrícia Helena Salazar Porto, da TV Assembleia mineira.

A emissora, criada em 1995 e com um histórico que con-

ta com nove coberturas eleitorais, nunca sofreu qualquer questionamento da Justiça Eleitoral sobre o conteúdo veiculado. As próximas eleições, a segunda desde o início da transmissão em sinal aberto e digital por meio da Rede Legislativa, para a Região Metropolitana de Belo Horizonte, devem firmar a TV como refe-

rência em cobertura eleitoral no estado, não só pela qualidade, mas também por ser a única a dedicar 24 horas da programação ao acompanhamento da votação. “Um grande passo para 2014 é poder contar, de forma consistente, com conteúdos das demais emissoras legislativas. Fizemos essa experiência em 2010, >>

“Procuramos focar a linha editorial da TV nos direitos do cidadão e o que ele pode fazer para escolher o melhor para o Estado e para o País. Para este ano, nossa expectativa é permanecer com uma cobertura que se mantenha dentro da legislação, sem privilégios e com o maior número de informações para o eleitor”

Virgínia Coelli

Diretora da TV Câmara de Natal

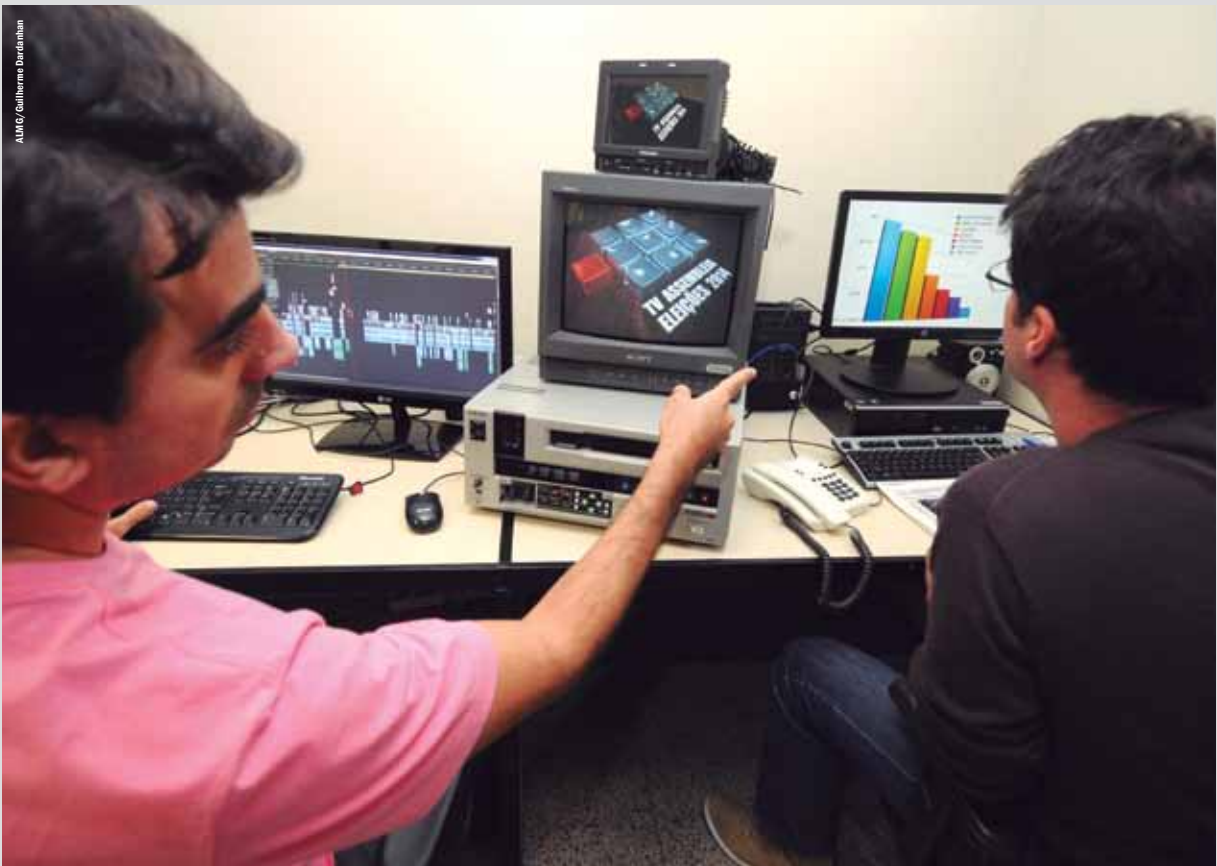
“O desafio para as emissoras legislativas é vencer a rejeição que os cidadãos têm pela política e ajudá-los a exercer seu papel de protagonista nesse processo”

Patrícia Helena Salazar Porto
TV Assembleia de Minas Gerais

>> quando recebemos e fornecemos conteúdo para emissoras de TV e rádio de alguns estados brasileiros, além da Câmara dos Deputados. Com a adesão de novas emissoras legislativas nessa parceria, todos os envolvidos ganham amplitude e dinamismo na cobertura”, acredita Patrícia.

Em Natal, a situação não é diferente. “Cumprimos as regras da legislação eleitoral à risca. Nossa maior preocupação não é com o conteúdo editorial e sim com a programação ao vivo que, na maioria das vezes, foge do controle da direção. E, como nos preocupamos com isso, procuramos ouvir da

Justiça Eleitoral todas as limitações da lei e repassamos, por escrito, para os parlamentares. Até agora, a TV Câmara Natal, em 11 anos de existência, nunca foi punida pela Justiça Eleitoral”, ressalta Virgínia Coelli. Ela salienta, porém, que, infelizmente, a legislação eleitoral muda a cada eleição. “O que >>



A TV Assembleia de BH aposta em transmissões ao vivo e interação com a comunidade

>> é regra em um ano, muda no seguinte. Mas, em geral, não privilegiamos partidos nem candidatos. Procuramos focar a linha editorial da TV nos direitos do cidadão e o que ele

pode fazer para escolher o melhor para o estado e para o País. Para este ano, nossa expectativa é permanecer com uma cobertura que se mantenha dentro da legislação, sem

privilégios e com o maior número de informações para o eleitor. Só assim ele terá condições de escolher os melhores de forma livre e consciente”, conclui a diretora. (AQ)

ADVOGADO APONTA CUIDADOS NO PERÍODO ELEITORAL

Exigências incluem grade neutra e adequada às legislações previstas

Para cobrir um evento como as eleições, alguns cuidados são necessários e devem estar bem delineados. De acordo com Cristiano Rennó Sommer, advogado e mestre em Direito Empresarial e Comunitário, as emissoras legislativas, assim como qualquer emissora de televisão, principalmente nos períodos pré-eleitorais, devem se preparar em dois aspectos. “Primeiro devem adequar sua grade para receber as propagandas eleitorais de cunho obrigatório e ainda devem acentuar a atenção quanto ao conteúdo a ser transmitido, uma vez que seus diretores, responsáveis pela transmissão, devem estar atualizados quanto às restrições legais de conteúdo e temporais com destaque para as exigências previstas na lei nº 9.504/97 e do Código Eleitoral”, explica.

O especialista lembra que, durante o período eleitoral, é

necessário estar atento à fiscalização que pode ser realizada de duas formas. Uma de caráter preventivo para evitar a ocorrência de atos contrários à legislação eleitoral e com relação às providências a serem tomadas no sentido de fazê-las cessar e outra de caráter repressivo, a qual visa reprimir a conduta irregular previamente denunciada. “Pela fiscalização preventiva, os fiscais eleitorais, independentemente de qualquer determinação do Juiz Eleitoral, comparecem a eventos de cunho político-partidário, como comícios e passeatas, para prevenir a ocorrência de atos contrários à legislação eleitoral e para fazer a constatação formal da sua ocorrência, por meio de termo de constatação, onde descrevem a conduta ilícita e o dispositivo legal em que se enquadra”, explica.

Rennó esclarece que, deste

modo, a propaganda eleitoral feita pela mídia televisiva pode ser constatada pela fiscalização e proceder de modo a comprovar a infração, obter a cópia da transmissão no intuito de ser notificado o infrator para que cesse tal conduta e, ainda, pode encaminhar cópia do material ao Ministério Público Eleitoral para que tome conhecimento e determine as medidas judiciais pertinentes. Caso o juiz eleitoral determine a notificação prévia do infrator no sentido de regularizar ou remover a propaganda eleitoral irregular, em não sendo atendida a determinação no prazo determinado, o fiscal lavrará um novo Termo de Constatação, onde informa se houve ou não a regularização, sendo posteriormente arquivado, no caso de cumprimento, ou encaminhado ao Ministério Público Eleitoral para providências.

Já, no caso da fiscalização >>>

>> repressiva, a situação é diferente. Ela, segundo o advogado, se dá pela denúncia de infrações pelo Ministério Público, partidos políticos, candidatos ou qualquer pessoa. Rennó ressalta, porém, que tais denúncias podem ser feitas até mesmo de forma anônima, uma vez que estas irregularidades deverão ser constatadas pelos fiscais.

De acordo com o especialista, outro fato que deve ser levado em conta pelas emissoras no período eleitoral é que, junto com a chegada da obrigatoriedade de veiculação do horário eleitoral, as emissoras de televisão recebem a árdua tarefa de adequar suas grades de programação e tentam, ao mesmo tempo, evitar a perda de audiência. “Um exemplo disso é o ‘Jornal Nacional’, tradicional programa jornalístico veiculado pela Rede Globo de Televisão que, em períodos eleitorais, vê sua audiência cair drasticamente. Na realidade, as imposições da legislação eleitoral não trazem uma solução para tal problema, apenas obrigam as emissoras a transmitirem o horário eleitoral, conforme determinado por lei, e resta às emissoras adequarem-se, como puderem, a tal exigência”, aponta.

Por conta disso, Rennó crê que deve ser considerado, além da tarefa de reprogramação, o fato de que a propaganda eleitoral pela mídia televisiva deverá suportar o fardo de que tal propaganda deverá ser levada a cabo de forma gratuita.

Outros cuidados também devem ser adotados. Durante as eleições, é preciso redobrar



Para o advogado Cristiano Rennó Sommer, o papel das emissoras durante o período eleitoral é delicado e é imperativo que respeitem o que é determinado em lei

a atenção com o que é veiculado. “A legislação eleitoral preconiza restrições à mídia em geral, no intuito de preservar o equilíbrio e a oportunidade da participação dos candidatos no processo eleitoral. Res-

salta-se que o poder econômico público ou privado não pode desequilibrar tal processo, de forma que é vedado às emissoras o pagamento para veicular tais propagandas, as quais deverão ser sempre gra->>

“A atividade política e, conseqüentemente, eleitoral será intensa e demanda bastante atenção das emissoras para que não influenciem, de forma negativa, o processo de escolha dos representantes da população nos cargos políticos em destaque”

Cristiano Rennó Sommer

Advogado e mestre em Direito Empresarial e Comunitário

>> tuitas e na forma prevista na lei eleitoral”, esclarece.

O advogado ressalta que a lei eleitoral, no intuito de criar obstáculo a candidatos que tenham a intenção de infringir tal regra de forma disfarçada, descreve uma série de condutas, de caráter exemplificativo, pelas quais poderá ser responsabilizado, caso as pratique a partir do dia 1º de julho do ano da eleição. Entre tais condutas, encontram-se a transmissão, mesmo que na forma de entrevista jornalística, de resultado de pesquisas com identificação do candidato ou manipulação de dados, usar de técnicas de edição, como trucagem, montagem ou outro recurso que vise prejudicar a imagem de candidato, partido ou coligação, dar tratamento privilegiado a candidato, partido ou coligação, entre outros, listados no artigo 45 da lei nº 9.504/97.

“Veja um exemplo: se uma emissora apresenta um programa que tenha o nome de uma pessoa que se tornou candidato no processo eleito-

ral, este programa não poderá ser mais veiculado durante as eleições com o nome do candidato, ainda que o programa seja preexistente, sob pena de cancelamento do respectivo registro”, afirma o especialista. Somado a esses pontos, Rennó enfatiza que as emissoras devem também ter especial atenção ao art. 243 do Código Eleitoral - lei 4737/65, que traz outras restrições de veiculações, como as de incitamento de atentado contra pessoas ou bens, instigação à desobediência coletiva ao cumprimento de ordem pública, que implique oferecimento, promessa ou solicitação de dinheiro, rifa, sorteio ou vantagem de qualquer natureza, caluniar, difamar ou injuriar quaisquer pessoas, órgãos ou entidades que exerçam autoridade pública, entre outros. De outro lado, também não se permite a censura prévia ou cortes instantâneos. “Desta forma, o que a Justiça Eleitoral pode impedir é a reapresentação de transmissões que possam

ser consideradas ofensivas à honra de candidato, à moral e aos bons costumes, uma vez que não se permite a propaganda eleitoral que possa degradar ou ridicularizar candidatos”, conta.

O advogado reforça que o ano eleitoral costuma ser atípico, já que, neste período, os ânimos políticos costumam se aflorar e ocasionam, via de regra, uma reestruturação político partidária, principalmente no que toca às coligações entre as legendas. Assim, para ele, o papel das TVs se torna um tanto quanto delicado, uma vez que as entrevistas, comerciais e programas encomendados podem trazer, em suas entrelinhas, a intenção de influenciar no processo político democrático. “A atividade política e, conseqüentemente, eleitoral será intensa e demanda bastante atenção das emissoras para que não influenciem, de forma negativa, no processo de escolha dos representantes da população nos cargos políticos em destaque”, finaliza. (AQ)

EXIGÊNCIAS PREVISTAS EM LEI PARA AS EMISSORAS

A partir de 1º de julho do ano da eleição, é vedado às emissoras de rádio e televisão, em sua programação normal e noticiários, transmitirem, ainda que sob a forma de entrevista jornalística, imagens de realização de pesquisa ou qualquer outro tipo de consulta popular de natureza eleitoral em que seja possível identificar o entrevistado ou em que haja manipulação de dados

Usar trucagem, montagem ou outro recurso de áudio ou vídeo que, de qualquer forma, degrade ou ridicularize candidato, partido ou coligação, ou produzir ou veicular programa com esse efeito

Veicular propaganda política ou difundir opinião favorável ou contrária a candidato, partido, coligação, a seus órgãos ou representantes

Veicular ou divulgar filmes, novelas, minisséries ou qualquer outro programa com alusão ou crítica a candidato ou partido político, mesmo que dissimuladamente, exceto programas jornalísticos ou debates políticos

Divulgar nome de programa que se refira a candidato escolhido em convenção, ainda quando preexistente, inclusive se o nome do programa coincidir com o nome do candidato

Transmitir programa apresentado ou comentado por candidato escolhido em convenção

Dar tratamento privilegiado a candidato, partido ou coligação

MEDIDAS QUE GARANTEM UMA COBERTURA ISENTA

Garantia de transparência no processo eleitoral e fomento à participação popular de forma imparcial

- Adequação da grade para receber as propagandas eleitorais de cunho obrigatório
- Cobertura democrática e imparcial das eleições
- Garantia de que o conteúdo transmitido seja isento e não privilegie candidatos, partidos ou coligações
- Uma programação, que preserve o equilíbrio e a oportunidade da participação dos candidatos no processo eleitoral de forma igualitária

Rede Legislativa já conta com 22 cidades em sinal aberto

Municípios comemoram maior transparência e participação popular

POR | ANDREZZA QUEIROGA

A Rede Legislativa de TV Digital encerrou 2013 com 22 cidades em sinal aberto. Isso representa cerca de 43 milhões de brasileiros com a possibilidade de ter acesso gratuito às emissoras do Poder Legislativo. Fazem parte do projeto associativo a Câmara dos Deputados, Senado Federal, assembleias legislativas e câmaras municipais. A Rede Legislativa possibilita o acesso da população ao que acontece no Parlamento, o que garante transparência às atividades da Casa e uma oportunidade de moradores de diversos municípios de participarem ativamente das atividades legislativas.

Ao todo, catorze capitais já estão em sinal aberto, digital e gratuito. São Paulo, Brasília (DF), Belo Horizonte (MG), Fortaleza (CE), Porto Alegre (RS) e Manaus (AM) estão no ar há mais tempo. Vitória (ES), Florianópolis (SC), João Pessoa (PB) e Macapá (AP) foram inauguradas no final de 2013. Goiânia (GO), Cuiabá (MT), Palmas (TO) e São Luís (MA) estão em operação em caráter experimental e serão inauguradas no início de 2014. Dessas operações, Manaus, São Luís, João Pessoa e Macapá foram montadas pelo Senado Federal. Nas demais capitais, a estrutura foi adquirida pela Câmara dos Deputados. Um acordo de re-

ciprocidade assegura que, onde um investe, o sinal da TV do parceiro também vai para o ar.

No final de 2013, a Câmara dos Deputados concluiu a licitação das 13 capitais de responsabilidade da instituição. Em breve, Recife (PE), Natal (RN), Rio Branco (AC) e Salvador (BA) também receberão equipamentos digitais adquiridos pela Câmara. Em 2014, o Senado deverá inaugurar as operações de Belém (PA), Maceió (AL), Boa Vista (RR) e Porto Velho (RO). Restam apenas a instalação no Rio de Janeiro, Curitiba (PR), Teresina (PI), Campo Grande (MS) e Aracaju (SE), também a cargo do Senado.

No interior do País a situação não é diferente. O sinal se espalhou por São Paulo (Barretos, Ribeirão Preto, Jaú, Jacareí, Piracicaba, Bauru, Marília e Assis) e Minas Gerais (Sete Lagoas e Uberaba). Estes municípios têm sinal aberto e gratuito, mas a Rede ainda não está completa. O sinal da TV Senado ainda não está disponível nesta fase do projeto, mas deverá ser incluído no segundo semestre deste ano. Outras 30 câmaras municipais nos dois estados da região Sudeste estão em fase avançada de estruturação e devem inaugurar as operações de TV Digital em breve. E a Câmara dos Deputados já solicitou ao Ministério das Comunicações canal de TV ou rádio para mais de 400

“Com o sinal digital, foi possível oferecer um conhecimento mais abrangente das atividades promovidas pelos vereadores”

Marisa Libardi

Diretora da TV Câmara de Piracicaba

municípios brasileiros interessados em ingressar na Rede Legislativa.

EXEMPLOS DE OPERAÇÃO DE TV LEGISLATIVA

Jacareí

A TV Câmara Municipal de Jacareí (SP) começou a operar em 28 de abril de 2008, pela operadora NET, dividindo a grade com a Assembleia Legislativa de São Paulo (ALESP). Em 5 de fevereiro de 2013, a TV ganhou novo fôlego ao dar início em ao sinal aberto digital, no canal 61.4 UHF. De acordo com Elton Rivas, diretor de comunicação da emissora, esta mudança permitiu que o alcance da TV fosse ampliado para toda a cidade de Jacareí, democratizou o acesso à programação e intensificou a divulgação dos trabalhos parlamentares. “A criação da TV possibilitou a divulgação das atividades legislativas de Jacareí, proporcionou ao público o acompanhamento das sessões e demais ações dos vereadores da cidade, além de transmitir uma programação voltada à utilidade pública, prestação de serviços, cultura e valorização do município pelo registro do seu cotidiano e de sua gente”, diz.

Com uma programação variada, que inclui personagens e acontecimentos da cidade, e a transmissão das sessões e dos trabalhos parlamentares, a TV se preocupa em ser um canal representativo da cidade de Jacareí. Para tanto, oferece uma grade com mais de 15 produções próprias, entre programas e interprogramas, com destaque para esporte, música, utilidade pública, literatura, artes visuais, programas de entrevista e debates. A expectativa é de que a emissora seja reconhecida como uma TV pública, representativa da cidade, isenta e a serviço da população.

Piracicaba

Outra emissora que colhe os louros do sinal digital é a TV Câmara de Piracicaba (SP). Criada em 3 de março de 1999 no canal 8 de TV a cabo NET para a veiculação das atividades do Poder Legislativo Municipal, a emissora, em 2003, iniciou as transmissões das reuniões or-

dinárias e passou a expandir sua programação, com a exibição, ao vivo, das reuniões solenes e também do Jornal da Câmara. Em 16 de maio de 2013, porém, a Câmara Municipal de Piracicaba ampliou seu horizonte e passou a integrar a Rede Legislativa de TV Digital aberta, com transmissão para toda a cidade pelo canal 60.4. Na prática, isso representou mais transparência, acesso ao Legislativo Municipal e uma maior empatia e identidade com o público. “Com o sinal digital, foi possível oferecer um conhecimento mais abrangente das atividades promovidas pelos vereadores. Aumentamos a



Em Jacareí, o sinal digital aberto democratizou o acesso à programação e intensificou a divulgação dos trabalhos parlamentares



Depois que a TV Câmara de Piracicaba passou a integrar a Rede Legislativa com o canal digital aberto, houve um aumento da demanda por programas e reportagens por parte dos vereadores e da população



Equipe de Bauru comemora sucesso do sinal digital aberto e aceitação da população



Em Marília, a emissora se prepara para a implantação da TV Digital com a aquisição de equipamentos e a implantação da torre de transmissão

visibilidade da Câmara com a propagação de projetos e houve maior envolvimento da população nas questões políticas. Hoje, toda população de Piracicaba tem acesso à TV Câmara e pode acompanhar o trabalho dos seus vereadores sem nenhum custo”, explica a diretora da TV, Marisa Libardi. Segundo ela, depois que passaram a integrar a Rede Legislativa com o canal digital aberto, aumentou-se a demanda por programas e reportagens por parte dos vereadores e da população, que se identifica com o conteúdo exibido pela emissora.

Bauru

Em Bauru, no interior de São Paulo, não é diferente. Por ali, a emissora, que, desde dia 31 de julho de 2013 está em sinal digital, comemora como a mudança alterou a maneira como a população enxerga o canal legislativo. “Antes a programação da tevê era algo restrito ao cabo. O fato de o sinal estar aberto a todos nos deu status de ‘emissora’ de verdade. A cultura do sinal aberto no Brasil é muito consolidada; portanto, tornar-se uma emissora pública nesse espectro de transmissão com qualidade fez com que a imagem da TV do Legislativo fosse transformada”, explica o diretor de comunicação, Marcelo Malacrida.

De acordo com ele, a implantação do sinal digital foi tratada desde o começo como algo que precisava também ser uma referência. E assim foi feito. “Tudo aqui foi projetado e realizado para ser espelho para as outras cidades. Sem dúvida alguma, a implantação

“A criação da TV permitiu a divulgação das atividades legislativas de Jacareí, proporcionou ao público o acompanhamento das sessões e demais ações dos vereadores da cidade, além de transmitir uma programação voltada à utilidade pública, prestação de serviços, cultura e valorização do município pelo registro do seu cotidiano e de sua gente”

Elton Rivas

Diretor de Comunicação da TV Câmara de Jacareí

do sinal digital em Bauru está empreendida a harmonia entre projeto e execução e, para daqui pra frente, nosso objetivo é tornar a emissora um espaço o mais democrático possível para todas as discussões importantes da cidade. A emissora legislativa é umas das ferramentas mais poderosas para a construção de uma democracia plena e cidadã. Sem a TV Pública, isso se torna impossível”, ressalta Malacrida.

Tupã

Além dos municípios já consolidados, outros ainda seguem em fase de ajustes. É o caso de Tupã (SP), que passou a operar em sinal digital aberto em março do ano passado, mas ainda segue um período de testes e ajustes. Segundo Talitha Dalacosta, Secretária Legislativa de Comunicação da emissora, mesmo nesta primeira etapa, já foi possível notar que mais tupãenses passaram a acompanhar a programação da tevê. “Ampliamos a visibilidade do trabalho legislativo ao expor os projetos e trabalhos de cada parlamentar. A participação



Com o sinal digital, foi possível oferecer um conhecimento mais abrangente das atividades promovidas pelos vereadores de Piracicaba



Com o sinal digital aberto, Tupã ampliou a visibilidade do trabalho legislativo ao expor os projetos e trabalhos de cada parlamentar

popular aumentou durante as sessões, o tupãense começou a ver a TV Câmara como um instrumento de participação. Agora, nosso desafio é aumentar a interatividade entre os telespectadores e o canal”, conta. Para ela, no dia a dia, o sinal digital aberto representou a criação de um canal direto com a população, que oferece maior transparência à elaboração das leis que regem o cotidiano da cidade.

Marília

Em Marília, a rotina da 15ª emissora legislativa do Estado de São Paulo, inaugurada em 7 de dezembro de 2006, tem ganhado mais ritmo. A operação em TV Digital já está em fase experimental. “Adquirimos equipamentos, instalamos a torre de transmissão e respectiva infraestrutura, além de darmos andamento à montagem de estúdio específico para a TV Digital”, conta Benedito Aparecido de Almeida, Diretor de Comunicação da Câmara Municipal.

Para ele, esta mudança, sem dúvida, vai representar uma nova era para a TV Câmara do município. “O sinal digital aberto representa uma



Agora o município de Tupã, tem como desafio ampliar a interatividade com os telespectadores

conquista para a cidade de Marília, que poderá acompanhar as atividades dos parlamentares sem pagar por isso”, diz.

Para dar início a esta nova fase, o diretor já tem planos e adianta que a emissora irá realizar pesquisa de opinião para implantar os temas apontados nesta avaliação. “Com a efetiva implantação da TV Digital, em sinal aberto, a expectativa é aumentar o número de profissionais e incrementar a grade de programação. O desafio será formar equipes, de profissionais da área de

comunicação, que atendam nossa necessidade, mas nossa expectativa é a melhor possível, o que inclui qualidade de conteúdo e imagens.”, afirma.

A emissora - que atualmente está em processo de licitação para a compra dos equipamentos necessários para montagem do sistema de áudio e vídeo na Central de Produção dentro do Sistema de Transmissão de TV Digital da TV Câmara - inaugurará a operação em sistema digital aberto ainda neste primeiro semestre de 2014. ■

“O fato de o sinal estar aberto a todos nos deu status de ‘emissora’ de verdade. A cultura do sinal aberto no Brasil é muito consolidada; portanto, tornar-se uma emissora pública nesse espectro de transmissão com qualidade fez com que a imagem da TV do Legislativo fosse transformada”

Marcelo Malacrida

Diretor de Comunicação da TV Câmara de Bauru

https://www.

Bem-vindo ao novo site da Astral!

Ao completar 10 Anos, a Astral dá cara nova ao seu site. Agora ele conta com uma logomarca renovada que transmite a modernidade da radiodifusão pública. É mais um serviço da Associação em benefício das suas associadas.

O acesso é mais dinâmico, facilitando a consulta sobre a Astral, associadas, seus conteúdos, parceiros, notícias, eventos, mídias, legislação e, principalmente, **disponibilizando a leitura on-line da Revista da Astral, desde a sua primeira edição.**



Conheça o novo site www.astralbrasil.org

População quer participar das discussões políticas, aponta pesquisa

Aplicativo de interatividade da TV Câmara foi testado pela primeira vez em João Pessoa

POR | CARLA BISOL

A Câmara dos Deputados e a Câmara Municipal de João Pessoa deram o primeiro passo para o uso da interatividade no Poder Legislativo com o sistema Ginga de TV Digital. O aplicativo, desenvolvido pela Rede Legislativa de TV Digital e pelo setor de Tecnologia da Informação da Câmara dos Deputados, foi amplamente aprovado por moradores de João Pessoa (PB), participantes do experimento.

Um grupo focal com 31 famílias dos bairros de Mandacaru, Cristo Rei e Colinas do Sul, na capital paraibana, foi convidado a testar o aplicativo do plenário da Câmara dos Deputados. Os participantes têm, majoritariamente, entre 25 e 60 anos.

Os resultados da pesquisa indicam que 77% dos entrevistados gostariam de participar mais da programação veiculada, seja pelo controle remoto (26%), pelo telefone gratuito 0800 (26%), por e-mail (23%), pelo SMS (19%) ou pelas redes sociais (19%).

O aplicativo utilizado gera informações sobre as sessões de plenário, como a pauta em andamento e o resumo de cada projeto em discussão. O cida-

dão também pode saber mais sobre os parlamentares: quem discursa naquele exato momento, qual o estado de origem, o partido, um resumo de sua atividade parlamentar e quais os canais de comunicação disponíveis para o contato direto com o deputado federal.

Neste experimento, os conteúdos preferidos pelo público foram a biografia do parlamentar (33%), informações sobre o deputado que discursava (17%) e o resumo dos projetos (13%).

A Câmara Municipal de João Pessoa deu todo o suporte necessário para que o teste fosse realizado pela Câmara dos Deputados na capital paraibana. O teste também contou com o apoio da Universidade Federal da Paraíba e da Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

“Avalio que esta experiência pioneira de interatividade na TV Digital aproximou os envolvidos no processo legislativo e ofereceu mais informações para que eles conheçam as ações da Câmara e contribuam com sugestões sobre a cidade que desejam ter. Queremos cidadãos comprometidos que opinem, sugiram, se envolvam e, principalmente, se identifiquem com o trabalho

realizado no Legislativo e este projeto de interatividade representa um grande passo neste sentido”, declarou o presidente da Câmara Municipal de João Pessoa, Durval Ferreira.

FACILIDADE DE USO

Ainda em relação ao resultado do uso do aplicativo, os entrevistados foram unânimes em apontar que a ferramenta aumentará o conhecimento sobre deputados e 88% acreditam que a interatividade por meio da TV digital ajudará a conhecer melhor o deputado em que votou. Do total, 83% afirmam que o aplicativo ajudará a acompanhar a votação de projetos, 75% consideram que poderão entender melhor os temas discutidos no plenário e 71% acreditam que o aplicativo irá facilitar o contato direto com os parlamentares.

“Este é mais um passo que a Câmara dos Deputados dá em direção à participação popular em tempo real. Nosso aplicativo foi muito bem recebido pelos telespectadores em João Pessoa e agora vamos realizar testes mais amplos em Brasília”, anunciou o

diretor da Secretaria de Comunicação Social da Câmara, Sérgio Chacon. Os testes em Brasília deverão ocorrer no segundo semestre de 2014.

Dos que testaram o aplicativo em João Pessoa, 88% consideraram a navegação fácil ou muito fácil e apenas 4% acharam a ferramenta difícil de operar. “Isto é muito importante porque os testes foram realizados com famílias de baixa renda. A boa acolhida significa que todos os cidadãos podem ter acesso a informações adicionais e utilizar as novas tecnologias para interagir com os deputados, o que aproxima a sociedade do Parlamento,” afirma a coordenadora do projeto, Evelin Maciel.

Para a Câmara Municipal de João Pessoa, os resultados também foram considerados positivos. “Constatamos, através das famílias que participaram do projeto, o despertar para intervir mais nos assuntos tratados no Poder Legislativo. Em relação aos vereadores, o sentimento é de fortalecimento do seu mandato e de uma maior aproximação do povo. Estamos muito satisfeitos e orgulhosos de sermos pioneiros nesta ação”, comemora a diretora-geral da Câmara de João Pessoa, Vaneide Araújo.

PARCERIAS

Além das parcerias com a Câmara Municipal de João Pessoa e com a EBC, a estrutura de transmissão usada nos testes foi montada com o apoio de fabricantes de equipamentos e desenvolvedores de software. Nas residências das 31 famílias selecionadas para o grupo focal, foram instalados nos televisores equipamentos de conversão para o sinal digital com o sistema Ginga.

“A boa acolhida significa que todos os cidadãos podem ter acesso a informações adicionais e utilizar as novas tecnologias para interagir com os deputados, o que aproxima a sociedade do Parlamento”

Evelin Maciel
coordenadora do projeto

O aplicativo de plenário foi projetado para ser facilmente adaptado para as câmaras municipais e assembleias legislativas. Assim, a Câmara de Municipal de João Pessoa também pode testar a interatividade. Uma versão do aplicativo com informações sobre os vereadores e as sessões plenárias da Câmara local também foi disponibilizada. O mesmo deve ocorrer com as demais cidades que integram a Rede Legislativa de TV Digital.

tem estudado aplicativos interativos para televisão.

Os novos testes deverão ser realizados com um grupo focal maior e possibilitarão aos pesquisadores da universidade analisar não apenas aspectos técnicos como também o design e a usabilidade do aplicativo.

Os resultados das análises serão repassados ao grupo de desenvolvimento da Câmara que implementará melhorias ao sistema para tornar seu uso ainda mais fácil.

O aplicativo será demonstrado para os membros da Astral durante o encontro nacional da Astral em maio, na cidade de Brasília. O público poderá conhecer a versão para a Câmara dos Deputados e a facilidade com a qual o sistema pode ser portado para outras esferas (assembleias e câmaras municipais). ▀

NOVOS TESTES

A Câmara dos Deputados planeja realizar novos testes de seu aplicativo interativo, desta vez em Brasília. Um acordo de cooperação técnica foi firmado com a Universidade Católica de Brasília e um grupo de trabalho



Equipe da Câmara Municipal de João Pessoa comemora o primeiro passo para o uso da interatividade no Poder Legislativo com o sistema Ginga de TV Digital

■ TV CÂMARA DE RIBEIRÃO PRETO

Transparência e credibilidade: além do sinal digital, emissora aposta no bom conteúdo

POR | REDAÇÃO



A programação foi elaborada de acordo com a necessidade do município

Criada há 15 anos, a TV Câmara de Ribeirão Preto, no interior de São Paulo, é moderna e eficiente. A trajetória não foi simples. Há quatro anos, a emissora contava apenas com horário alugado na TV educativa da cidade. De lá pra cá, muita coisa mudou.

Com nova direção, a cargo de Sergio Figueiredo, e o reforço do jornalista Orlando Pessoti, foi implantado, primeiramente, o sinal a cabo em parceria com a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp). Deu-se início à produção de uma programação mais rica, que ia além das sessões plenárias. Figueiredo conta que, ao saber da parceria

com a Câmara dos Deputados e Assembleias Legislativas, para montar a Rede Legislativa de TV Digital, solicitou a inclusão do município no projeto e logo isto se tornou realidade.

Em 2012, a emissora entrou no ar com sinal digital em caráter experimental. A iniciativa deu tão certo que, em março de 2013, a TV estava definitivamente 24 horas no ar. “Uma palavra define esta mudança: transparência. Com a TV, alguns mitos foram sendo derrubados como, por exemplo, a de que o vereador só trabalha durante a sessão e de que reuniões são realizadas na surdina para aprovar algum projeto”, conta o diretor da TV.

De acordo com Figueiredo, no início, a emissora tinha pouca audiência. “Levamos os vereadores nas escolas públicas e privadas e lá eles eram sabatinados por alunos, fizemos registro de tudo. As atividades culturais da escola, como bandas, capoeira, eram apresentadas. A partir de então, os alunos começaram a se ver na televisão e eles mesmos se encarregavam de divulgar o canal entre amigos e parentes”, explica.

Somado a isso, o diretor e jornalista conta que a emissora lançou o programa “Transparência”, similar ao Roda Viva (exibido pela TV Cultura), no qual são convidados dois jor-

nalistas de veículos impressos, rádio ou televisão, que não tenham ligação com a Câmara, e um vereador para responder qualquer pergunta. “O programa é ao vivo e o vereador se encontra com os jornalistas somente no momento da entrevista. Isto trouxe credibilidade à emissora propaganda, pois os jornalistas convidados se encarregavam de falar da iniciativa nos seus veículos”, afirma.

A programação, que hoje conta com audiência e participação popular, foi elaborada de acordo com a necessidade do município. Sérgio Figueiredo lembra que, no início, era preciso tornar a emissora conhecida e somente depois passou a realizar programas que não demandassem muita edição. Por conta disso, a maioria era e continua a ser feita ao vivo. “Com a implantação das 24 horas, buscamos parceria com as universidades, faculdades e algumas ONGs, o que tem nos dado um bom retorno. Além disso, buscamos nas emissoras da Rede Legislativa de TV Digital programas interessantes para veicular”, completa.

Para colocar os programas no ar, foi preciso enfrentar alguns desafios. De acordo com Figueiredo, a primeira etapa foi cultural, pois muitos se perguntavam a razão da existência de uma emissora legislativa. “Os vereadores, em princípio, temiam a TV e viam como desgaste porque tudo poderia ser visto como gasto desnecessário. Mas, tanto a mídia quanto a população e os vereadores perceberam a impor-

tância de uma ferramenta que dá transparência a todos os atos do legislativo. A emissora passou a ser não só uma aliada dos vereadores para que possam divulgar seus trabalhos, mas principalmente uma alternativa da população para saber o que acontece no legislativo”, ressalta.

Para fortalecer este elo de comunicação entre a Casa e a população, a emissora demandou investimentos em tecnologia, o que incluiu a aquisição de equipamentos para torná-la uma TV aberta, com sinal gratuito para a população e tecnologia de transmissão digital. Somente na parte de transmissão, foram investidos R\$ 385.000,00. Segundo Figueiredo, além de a população saber o que se passa no legislativo e os vereadores terem um canal para se comunicar ou mesmo contestar determinada informação, a emissora contribuiu com os municípios, que adotaram a postura de rei-

vindicação e participação.

A TV, que possui diferentes regimes de contratação, ou seja, funcionários comissionados, concursados e estagiários, conta com uma equipe de cinco jornalistas, nove técnicos e radialistas, além de sete estagiários.

Agora a expectativa dos dirigentes da TV Câmara Ribeirão Preto é que ela cresça ainda mais e, em 2014, serão reforçados os investimentos na produção de conteúdo. “Todos os equipamentos de estúdio, plenário, edição e externas estão sendo licitados. Concursos serão abertos para preencher novas vagas e, um estudo para transformar a TV em Fundação está em andamento. Os vereadores perceberam a importância da emissora. Eles têm sempre um retorno da população, o que nos deixa em alta. Esperamos que, neste ano, a TV Câmara esteja à altura da cidade de Ribeirão Preto”, finaliza Figueiredo. ▣



A emissora demandou investimentos em tecnologia, o que incluiu a aquisição de equipamentos para torná-la uma TV aberta, com sinal gratuito para a população e tecnologia de transmissão digital

SERVIÇO

A TV Câmara de Ribeirão Preto é exibida 24 horas e 7 dias por semana, no canal 05 (na Net - via a cabo) e no canal 33 UHF no sistema Thati de Televisão (somente as sessões ordinárias), além do canal 61.4 - Digital 24 horas. A programação também pode ser acompanhada pela web TV no site www.camararibeiraopreto.sp.gov.br

Os cuidados com as licitações

Não há receita pronta para a criação de uma emissora pública

POR | RUY CARLOS GOMES*

O Ministério das Comunicações, no final de 2012, finalmente publicou a Portaria 489/2012, que coloca em prática uma antiga determinação do Decreto de TV Digital (5.820/2006) e cria efetivamente a figura do Canal da Cidadania. Trata-se de um canal de TV aberta, operando de forma digital e em multiprogramação. Esse canal deve ser solicitado ao Minicom por entes ou entidades públicas do município (prefeitura, Câmara Municipal ou mesmo uma fundação) e deve assegurar quatro faixas de programação. Uma para transmissão das atuações do poder público municipal, uma para o poder público estadual e duas para transmissões comunitárias.

Até então as tentativas de criação de um canal dedicado às emissoras legislativas esbarravam em questões técnicas de como conciliar as câmaras municipais num mesmo canal de multiprogramação, com emissões nacionais (Senado e Câmara dos Deputados) e estaduais (Assembleias) – estudos e discussões que dominaram debates na Astral.

Na prática, a vontade de contar com duas programações por parte do Senado e as iniciativas pioneiras da Câmara, como a TV digital aberta na cidade de São Paulo, originaram “casamentos” variados com Assembleias, sem superar a dificuldade de propiciar às câmaras municipais uma solução de transmissão em municípios contíguos e limítrofes. Solução técnica compatível agora, a partir do novo decreto, com a proposta do ex-diretor da Anatel, Ara Apkarian, de dividir a numeração das emissoras locais em combinações de uso do espectro entre os canais 60 e 69. Cada município com seu número local, mesmo que invadido, em

trechos de território, por emissões vizinhas de outros canais.

Pelo decreto, tanto o executivo como o legislativo, podem tomar a iniciativa. Mas nada proíbe a divisão de espaço, o que certamente exigirá entendimentos e divisões equalitárias de difícil construção. E cada vez mais com necessidade de profissionalização e continuidade. O que, infelizmente, ainda não ocorre com frequência, exceção feita aos canais federais, onde prevalece a existência de concursos públicos e estabilidade operacional. Em muitas das câmaras municipais, por mais recomendável que fosse, a criação de quadro próprio costuma esbarrar no limite de contratação de pessoal estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Vigoram terceirizações, cargos de confiança, contratação de serviços e equipamentos e outros processos que diversificam as características das equipes e equipamentos.

A programação das TVs legislativas varia tanto quanto a forma de montar a estrutura da própria emissora. Mas um eixo central opõe conceitos de uma linha focada exclusivamente nos parlamentares ou uma opção mais ampla de abordagem de temas da cidade e mesmo de interesse direto e verdadeiramente participativo da população. A transmissão aberta acessível não apenas aos assinantes do serviço a cabo vai pesar na balança. A favor da necessidade de abertura a temas culturais e de interesse comunitário, quase sempre ausente nas emissoras comerciais, onde a busca pela audiência é uma obsessão incompatível de ser aplicada em um serviço público de comunicação, pago e mantido pelo dinheiro dos contribuintes.

“Em licitações, não se pode direcionar a descrição para nenhum tipo de equipamento, modelo ou fabricante. Um dos princípios da lei 8.666 é garantir a igualdade na disputa e evitar o favorecimento de fornecedores”

Os canais federais já entenderam isso, até pelo maior alcance, pois são exibidos, além do cabo, por todos os outros sistemas de assinatura, satélites e transmissões abertas. Nessas emissoras o povo já aparece com tempo de expressão, nome e sobrenome. E não apenas como participantes de um “povo fala” aleatório e normalmente depreciativo. Sem falar em documentários e programas que muito ajudam quando da programação inicial de emissoras novas, atitude de intercâmbio estimulada pela Astral.

Existem cada vez mais exemplos de mudanças de abordagem e tratamento, sem deixar de priorizar a atividade parlamentar, razão de ser das emissoras legislativas. Como as receitas das TVs municipais de Salvador (<http://vimeo.com/26688834#>), e do Rio de Janeiro (<http://vimeo.com/13694403#>) esta - deixando clara minha posição não isenta - vigente de 2004 a 2011, meu período na instalação e montagem de programação.

Agora, que os espaços de transmissão e alcance vão se ampliar, há que se criar novas formas para estimular a valorização da transparência nas atividades parlamentares, buscando e atendendo aos anseios de uma população cada vez mais consumidora e produtora de vídeos. E ansiosa por participação.

.....
* **DIRETOR DE OPERAÇÕES DA TV
CÂMARA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**

Associados podem compartilhar conteúdo no site da Astral

Objetivo é estimular a troca de informações

A Associação Brasileira de Televisões e Rádios Legislativas (Astral) está cada vez mais comprometida em informar e fortalecer o intercâmbio entre as emissoras. Além da revista, que traz assuntos pertinentes ao setor, a Associação conta também com um site totalmente renovado.

O endereço eletrônico sempre desempenhou um papel importante para divulgar e informações de qualidade aos associados e, está ainda melhor. Com layout moderno, seção de anúncios dos associados na home, campo de busca e espaços dedicados a eventos, o site possibilita também que o leitor acesse e compartilhe o conteúdo.

O objetivo dessas melhorias não é apenas facilitar a troca de dados, mas também estimular a participação de todos os associados que, por meio do site, podem mandar artigos e matérias. Para isso, basta enviar o conteúdo para web@astralbrasil.org e redacao@astralbrasil.org.

Vale lembrar que o site é uma ferramenta de extrema importância para o fortalecimento da Astral e de seus associados, que fomenta a troca de informações e conhecimento em toda a cadeia produtiva da radiodifusão legislativa.

Alterações na legislação do setor, mudanças tecnológicas, inaugurações de novas emissoras, programas e debates são alguns dos temas que podem e devem ser compartilhados por meio deste endereço eletrônico.

Com evidente avanço no que se refere a um número cada vez maior de membros, na abrangência dos eventos ou no seu trabalho cooperativo para formar uma comunicação pública cada vez mais transparente e compartilhada, a Astral convida a todos para participarem do portal.

A evolução e interatividade do site atendem à perspectiva de crescimento da Associação, que busca oferecer um leque maior e mais completo de informações e serviços a seus associados, além de disponibilizar mais esta ferramenta para aqueles que se interessam pelo funcionamento da mídia legislativa.

Unale firma convênio para a realização da 18ª Conferência Nacional dos Legislativos Estaduais

O encontro deste ano terá como tema principal as eleições

POR | REDAÇÃO

A União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais (Unale) e a Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) confirmaram a realização da 18ª Conferência Nacional dos Legislativos Estaduais em Brasília, no Distrito Federal. O convênio, assinado no dia 11 de março, durante a sessão plenária na CLDF, contou com o apoio do governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz, e com a presença de diversas autoridades como o presidente da Unale, Sérgio Leite (PE), o presidente da CLDF, Wasny de Roure, o deputado Distrital Aylton Gomes, os deputados estaduais Adjuto Afonso (AM), Conceição Vieira (SE), o diretor geral da Câmara Legislativa, George Burns, e o diretor da Unale, Lauri Guish.

A conferência, a ser realizada entre os dias 6 e 9 de maio, em Brasília, é o maior encontro parlamentar da América Latina e se destaca, ainda, por ser um grande fórum de discussões e troca de experiências para o fortalecimento da democracia e aperfeiçoamento das ações do

poder legislativo estadual.

Para este ano, o tema central do encontro será: “Eleições – desafios e oportunidades e a agenda de investimentos urgentes para o Brasil”. O objetivo é que durante o evento, sejam debatidos esses temas com abrangência nacional, inseridos no contexto atual, com o propósito de qualificar as ações individuais dos parlamentares e gerar

resultados cada vez mais efetivos nas políticas públicas.

O evento é uma oportunidade única para as entidades vinculadas aos legislativos estaduais, que, ali, podem trocar experiências, se atualizarem e discutirem temas relacionados às suas atividades funcionais. Vale lembrar que durante a conferência, serão realizados, 14 eventos simultâneos. [▶](#)



Encontro aborda o tema: Eleições – desafios e oportunidades e a agenda de investimentos urgentes para o Brasil

SERVIÇO

18ª Conferência Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais | Tema: Eleições – desafios e oportunidades e a agenda de investimentos urgentes para o Brasil

Data: 6, 7 e 8 de maio de 2014 | **Local:** Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio – CNTC - SGAS, 902, Bloco C - Brasília - DF - CEP 70390-020

LEIA A REVISTA DA ASTRAL

Agora, também, em versão digital no:
www.astralbrasil.org



REVISTA DA ASTRAL

A melhor maneira de saber o que acontece na rede de comunicação, que leva aos brasileiros as notícias do Legislativo nos municípios, estado e no Congresso Nacional.

ANUNCIE NA REVISTA DA ASTRAL:

Fale com a EMBRASEC – Edmilson Oliveira
comercial@astralbrasil.org
comercial@embrasec.com.br
+55 (11) 2979-0806

ASTRAL - Associação Brasileira das TVs e Rádios Legislativas
Tel.: +55 (61) 3037-3773
www.astralbrasil.org

LEVE A TV DIGITAL PARA SUA CIDADE COM UMA DAS LÍDERES INTERNACIONAIS EM BROADCAST.

Conte com a experiência de 25 anos da SCREEN, uma das líderes italianas na produção de equipamentos de broadcast para televisão, e implante a TV Digital na sua cidade. As soluções completas fazem da Screen a sua melhor escolha e já estão presentes na TV Câmara de São Paulo e de Pouso Alegre.

FÁBRICA NO BRASIL

Agilidade na entrega do produto.

TECNOLOGIA INOVADORA

Garantia de alto desempenho.



SUPOORTE TÉCNICO

Atendimento rápido e confiável.

MAIS ECONOMIA

Não haverá custo com veiculações de conteúdo de outros canais.

DESIGN COMPACTO

Adaptabilidade e economia de espaço.

POR QUE LEVAR A TV DIGITAL PARA SUA CIDADE:

- Transparência e reconhecimento das atividades dos poderes Executivo e Legislativo.
- Transmissão de programas culturais.
- Presente em algumas câmaras do Brasil, entre elas a de São Paulo.

Av. dos Alecrins, 740 - Distrito Industrial - Pouso Alegre/MG • Tel.: (35) 2102-3100 • info@screenbrasil.com.br

www.screenbrasil.com.br

Screen